

PAUTA DA 173ª REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA DE JULGAMENTO DA AGR SESSÃO ORDINÁRIA

Data: 03/03/2017

Horário: 9h00 (nove) horas)

Local: Auditório da AGR – Av. Goiás nº 305 – Ed. Visconde de Mauá-Centro – 13º andar Goiânia-GO.

1. ABERTURA:

2. Apresentação e discussão da Ata da 172ª Reunião Pública Ordinária, datada de 23/02/2017, da Câmara de Julgamento.

3. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pela relatora Andreia Bonanato Estrela:

3.1. Processo nº 201600029006373 - Interessado: Edner Willardy Crepalde Santos - Auto de Infração nº 32653 - Art. 6º, inciso II, Lei Nº 18.673/14 - “Realizando transporte rodoviário intermunicipal sem a devida e regular concessão, permissão ou autorização na forma legal.”

4. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pela relatora Eunice Aparecida de Lima:

4.1. Processo nº 201700029000162 – Interessado: Transportadora São José do Tocantins Ltda. – AI nº. 32882. Art. 56, inciso I da Resolução nº. 005/2008-CG: Realizar a viagem sem a licença expedida pela AGR.

4.2. Processo nº. 201600029006800 – Interessado: Cristiano Kennedy Rosa da Silva - Assunto: AI nº. 32641. Art. 6º, inciso II da Lei 18.673/2014: Prestar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, de qualquer natureza, sem a devida e regular concessão, permissão ou autorização, na forma legal.

5. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pelo relator Breno Pereira da Silva:

5.1. Processo nº 201600029006630 - Interessado: Expresso Maia Ltda. - Auto de infração nº 32716 - Art. 12, Inc. XXXII da Resolução nº 297/2007-CG (Trafegar com veículo com defeito em equipamento obrigatório).

6. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pelo relator Geraldo Alves de Castro Júnior:

6.1. Processo nº 201600029006658 – Interessado: Willian Sidiney Gelape - AI nº 32726/2016 – Art. 6º, II da Lei nº 18.673/2014 — “prestar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, de qualquer natureza, sem a devida e regular concessão, permissão ou autorização, na forma legal”.

7. Outros assuntos de interesse da Câmara de Julgamento.